

O homem cordial: modernização do Brasil e homossociabilidade

Leandro Lechakoski

Miriam Adelman

Resumo: O presente trabalho pretende discutir, através da obra *“Raízes do Brasil”* de Sérgio Buarque de Holanda (1936), a relação entre o processo de modernização do Brasil e a produção da homossociabilidade. No pensamento social brasileiro, em geral, existe uma grande lacuna constituída pela escassez de estudos realizados por uma lente de gênero. Como tem apontado alguns estudos sobre a modernidade, os processos que instauram a modernidade - significada, a sua vez, através da noção de “grande ruptura com o passado” - adquirem um caráter generificado (masculino). Entretanto, no Brasil cabe uma dúvida particular sobre a questão da “ruptura”, pois prevalecem estruturas fortes de conservadorismo e tradicionalismo. O sistema patriarcalista se mantém, pois a velha organização rural dá espaço à nova organização capitalista industrial, que está intimamente ligada a esse sistema. Essa constituição patriarcalista reflete-se na nossa política, que conserva traços personalistas e muitas vezes aristocráticos. Nesse sentido, a sociedade brasileira parece resistir a certos padrões tidos como a quintessência do moderno, retendo um personalismo conservador, que de certa forma é reflexo do sistema patriarcalista. Acreditamos que a noção de homem cordial, proposta para entender especificidades da cultura e da sociabilidade brasileiras, pode ser útil, mas precisa ser re-pensada, no sentido de suporte de formas de desigualdade social encobertas e entre estas, da dominação masculina – na medida em que fomenta uma sociabilidade masculina pública que afirma e promove (talvez de maneira sub-reptícia) a exclusão das mulheres da cena pública. A metáfora da cordialidade, quando não examinada com maior cuidado, torna-se uma máscara que oculta às várias contradições que permeiam a cultura brasileira, e os mais reconhecidos trabalhos do pensamento social brasileiro (VIANNA, 1920; FREYRE, 1933; CARDOSO, 1962; IANNI, 1962; FERNANDES, 1964) tornam-se cúmplices disto, na medida em que negam a relação que mantém com a dominação masculina e com a construção de masculinidades de diversos tipos (hegemônicas, subordinadas) assim como com toda a história de gênero que também faz parte da “invenção da nação” brasileira.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, modernização, homossociabilidade, nação.

Introdução

Uma das principais críticas da teoria feminista refere-se à questão da exclusão das mulheres nos mais variados setores da sociedade. Isso se reflete no campo teórico do pensamento social brasileiro, cujos textos consagrados são quase exclusivamente produzidos por homens, e por homens que, inclusive hoje, não parecem reconhecer as relações de gênero como categoria de análise histórica. Autoras como Aguiar (1997) e Schmidt (2006) já notaram uma ausência de diálogo no pensamento social brasileiro com a crítica feminista. Assim, grande parte das narrativas sobre os processos de modernização do Brasil focalizam experiências masculinas, marginalizando a

participação feminina, naturalizando tanto o protagonismo histórico masculino e desencorajando qualquer problematização neste sentido. Quando as mulheres aparecem estão sempre em um papel coadjuvante, quase sempre ligadas à reprodução e a manutenção da família. Autores como Freyre (1933) observa que em nosso processo de colonização as mulheres indígenas foram a base da constituição da família brasileira, pois muito dos valores que são expressos até hoje foram adquiridos devido à miscigenação dos primeiros colonizadores portugueses com as mulheres nativas. Posteriormente, segundo ele, com a introdução da escravidão no Brasil, as mulheres negras – principalmente as mucamas¹ - tiveram forte influência na educação das crianças, pois cuidavam dos filhos e filhas dos senhores. Outro autor que em rápida passagem fala sobre mulheres, foi Holanda (1936) dizendo que as elas foram importantes na educação das crianças, já que devido ao bandeirismo os homens iam para o interior do território nacional em busca de índios e a família ficava sob cuidados dessas personagens femininas. Ambos os autores não desvinculam a mulher do espaço doméstico, afirmando que elas eram o elemento estabilizador e conservador da tradição doméstica (cf. Freyre, 1933; Holanda, 1936). No entanto, essas narrativas são essencialmente masculinas, o que deixa uma grande lacuna sobre narrativas femininas e a participação real das mulheres na formação da “nação brasileira”. Para preencher tal lacuna, seria necessário um empreendimento das ciências sociais e áreas afins, para resgatar a modernidade brasileira – e conseqüentemente a “invenção da nação” – por narrativas femininas e um olhar de gênero, inclusive alargando um trabalho que, em certa medida, vem sendo feito por alguns teóricos alinhados à perspectiva queer² que resgatam narrativas homossexuais (entretanto, a maior

¹ Escrava negra que ajudava nos serviços domésticos podia ser babá, cuidando dos filhos do senhor, era ama de leite, acompanhava pessoas da família do senhor e muitas vezes atendiam aos anseios sexuais do senhor. Era considerada uma escrava de estimação.

² Corrente teórica que surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, que se opõem a uma visão cartesiana de sujeito, muito utilizada em alguns estudos sobre minorias sexuais e gênero. Segundo Miskosci e Simões (2007): “*Há muitas definições sobre o que seriam a teoria, os estudos, para não falar da política queer. O próprio termo queer não tem um único significado em inglês. Poderia ser traduzido como esquisito, estranho, excêntrico, anormal, como também por uma série de xingamentos dirigidos àqueles e àquelas que transgridem convenções de sexualidade e de gênero – expressões da linguagem comum que, conotando desonra, degeneração, pecado, perversão, delimitam o lugar social estigmatizado da homossexualidade e, por extensão, de tudo que venha representar alguma forma de desvio e ameaça à ordem social estabelecida. Se a linguagem do sexo é especialmente poderosa para*

parte delas são de homens gays, reforçando também a ausência de narrativas de mulheres lésbicas) o que também desestabilizam a “história oficial”, que sempre interpretou a masculinidade como uma só.

Homossociabilidade e Modernidade

Quando se pensa em homossociabilidade, é preciso observar o conceito desenvolvido por Sedgwick (1985), que foi a pioneira em sistematizá-lo. Segundo ela: *“Homossocial é uma palavra usada ocasionalmente na história e nas ciências sociais, na qual descreve os laços entre pessoas do mesmo sexo; é um neologismo, obviamente formado por analogia com ‘homossexual’, e também para se distinguir da palavra ‘homossexual’. Na verdade, essa palavra é aplicada a atividades de ‘ligação do sexo masculino’, que pode, em nossa cultura estar relacionado com intensa homofobia, medo e ódio da homossexualidade. Para ilustrar o que há por trás de ‘homossocial’ na órbita do ‘desejo’, do potencial erótico, ou seja, há uma hipótese de uma não ruptura e sim de uma continuidade entre homossocial e homossexual, uma continuidade cuja visibilidade para os homens, em nossa sociedade, é radicalmente interrompida”*³. Nesse sentido, homossociabilidade pode ser entendida como um espaço privilegiado onde personagens masculinos mantêm relações de amizade, rivalidade e competência que estão permeadas pela questão de classe. Em suma, a homossociabilidade apesar de ter uma estreita relação com homossexualidade, muitas vezes não está relacionada com o manutenção de laços sexuais e eróticos, mas, na maioria das vezes, se relaciona à construção de espaços e discursos que excluem as mulheres, sendo essa uma característica essencial para a construção de laços sociais entre homens. No caso específico do contexto brasileiro, o cenário de homossociabilidade por excelência é a nossa própria sociedade.

Segundo Felski (1995) falar sobre Modernidade nos remete a observação de muitos discursos e perspectivas diferentes. Para ela a utilização

expressar hierarquias e desigualdades sociais, essa força deve se tornar bem mais complexa e diversificada no cenário contemporâneo de “dispersão de sexualidades” de que fala Foucault. Desse modo, queer pode também designar alguém ou algo desestabilizador, num sentido mais amplo”.

³ SEDGWICK, Eve Kosofsky. *“Introduction”*. In: _____. *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*. New York: Columbia University Press, p. 1-2. (tradução livre)

desse termo, de forma abrangente, serve para designar uma periodização histórica. Faz ainda uma crítica a maioria das teorias e estudos sobre esse período por serem machistas, ou seja, textos e narrativas feitas por homens sobre representações de masculinidade. Como já se sabe, a Modernidade instituiu uma separação nas esferas do público e do privado, ficando este associado às mulheres e aquele aos homens, pois ela própria possui uma identificação com o público, o que acarretou a exclusão das mulheres dos processos sociais.

Quando a Modernidade é pensada através de uma lente de gênero, fica evidente a associação com o masculino, ou seja, percebe-se que a cultura Ocidental Moderna é generificada. Essa generificação acarretou a exclusão das mulheres da cena pública e possibilitou o reforço de contextos homosociais. No caso específico da sociedade brasileira a questão da homosociabilidade já está presente desde os primeiros dias de nossa vida colonial. Isso pode ser observado pelo tipo de colonização ocorrido aqui, a colonização do tipo ibérico. O que caracteriza essa cultura, segundo Holanda (1936) é a frouxidão de laços sociais sólidos, um repúdio às hierarquias e ações baseadas na afetividade⁴. Diferentemente do que ocorreu em outros países também colonizados, aqui a lógica foi a da exploração e aventureirismo, ou seja, nossos colonizadores não tinham intenção de transformar o Brasil em sua nova “pátria”, mas obter riquezas rápidas com o mínimo de esforço.

Patriarcalismo e Modernidade

No pensamento social brasileiro é de comum acordo que a nossa cultura foi fundamentada em bases patriarcais⁵. Sabe-se que esse sistema é uma forma de organização social na qual o homem exerce domínio político, econômico, religioso e detém o papel dominante na família. Todos estão submetidos aos seus mandos e desmandos, pois o homem além de ser o detentor da maior parte dos recursos econômicos, é também o detentor da força física. Segundo Weber (1917) o que caracteriza o Estado Moderno é o

⁴ Ver Max Weber.

⁵ Autores como (VIANNA, 1920; FREYRE, 1933; HOLANDA, 1936; CARDOSO, 1962; IANNI, 1962; FERNANDES, 1964), compartilham dessa perspectiva.

fato de ser o detentor legítimo da força física. Nesse sentido, pode-se associar, no caso brasileiro, o surgimento do Estado Moderno – que é bastante discutível, segundo a análise weberiana – e sua relação com o masculino.

Falar de Modernidade no Brasil suscita uma série de questões que devem ser observadas. Como a Modernidade sugere uma idéia de ruptura com formas sociais anteriores, no caso brasileiro quais rupturas podem ser observadas? Holanda (1936) nos responderia a essa questão dizendo que a Modernidade é uma ruptura com um sistema anterior, no caso um sistema patriarcalista/rural, através de uma revolução burguesa que instaurasse um sistema capitalista e conseqüentemente Moderno. Segundo ele, a nossa colonização foi iniciada seguindo a lógica do aventureirismo, ou seja, em contraposição a uma lógica do trabalho. A estrutura da nossa sociedade teve suas bases no campo, ou seja, nossa nação é uma civilização de “raízes rurais”. Os colonizadores portugueses até tentaram copiar formas de organização social de outras nações, mas não obtiveram êxito devido à incompatibilidade com o patriarcalismo e personalismo que aqui se construía. As relações sociais “eram” orientadas por sentimentos e deveres, e não por interesses e idéias, o que mostra o nosso caráter personalista e emotivo em oposição à ideia de racionalidade.

O personalismo que se constituía na nascente nação, é um dos grandes responsáveis pelo estreitamento das esferas públicas e privadas. É observável que em nossa cultura a entidade privada precede a entidade pública, pois é através do estabelecimento da família patriarcal⁶, com seu personalismo e afetividade, que se assenta a sociedade brasileira. Vaitsman (1993) observa que a família patriarcal é formada por indivíduos cujo lugar era definido e normalizado segundo o gênero: “*Os valores patriarcais legitimavam as normas para a regulação dos papéis da família ideal e oficial da sociedade burguesa e moderna em que o Brasil lutava para se transformar*” (p. 60). Entretanto, o Brasil, como observa Buarque (1936) não teve uma revolução burguesa, ou seja, não se tem como afirmar que possuímos um modelo de família nuclear e

⁶ Modelo que não foi criado em território nacional, mas sim trazido da cultura portuguesa e estabelecido em nossa sociedade.

burguesa – característica da Modernidade. Muitos estudos sobre família⁷ nos mostram que ainda hoje não houve uma ruptura com o sistema patriarcalista, mas sim rearranjos dentro desse sistema. Em parte, isso é derivado das questões que envolvem a heteronormatividade, que no caso da nossa cultura, ficam mais evidentes nos novos rearranjos familiares, que se fundamentam numa lógica heteronormativa e patriarcal.

No que se refere aos processos de modernização no Brasil, também não se pode afirmar até que ponto houve rupturas com formas de organização social anteriores – isso pode ser notado na questão da família – pois uma das características básicas da Modernidade é a separação entre público e privado, sabe-se que aqui isso não ocorreu, ou se ocorreu, foi de forma parcial e com algumas contradições particulares. O Estado Moderno brasileiro se desenvolve de uma forma que acaba sendo uma “extensão do privado”, pois o personalismo e o conservadorismo fazem parte de sua constituição. Isso acarreta na fronteira ambígua entre o público e o privado, já que ele é um reflexo do personalismo e patriarcalismo.

O Homem Cordial, Modernização e Homossociabilidade

O conceito de homem cordial⁸ proposto por Holanda (1936) serve como uma categoria analítica para se entender como se constroem as relações sociais na cultura brasileira. Através desse conceito e juntamente com uma lente de gênero, busca-se compreender alguns fenômenos que fazem parte de nossos traços culturais.

A cordialidade não tem nada a ver com bondade, significando antes uma característica da nossa aversão ao formalismo e a convencionalismos sociais, ou seja, há uma necessidade, por parte do nosso povo de intimidade e de

⁷ Ver Corrêa (1982), Fonseca (2000), Da Matta (1987), Sarti (1996), Uziel (2006), Velho (1986).

⁸ Segundo Holanda (1936): “*Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.*” (ibidem, p146-7)

aproximação. O Homem Cordial tem repúdio a relações impessoais, uma necessidade de intimidade e um horror à distância, no entanto, a sua sociabilidade é apenas aparente, pois não há um ritualismo nas relações sociais. Segundo Esteves (1998) existe uma oposição entre cordialidade e civilidade que tem como pressuposto uma noção ritualística e processual da vida, baseada em relações impessoais e certa polidez na qual o indivíduo conduziria suas relações sociais. A polidez serve como uma máscara para proteger o indivíduo, suas emoções e sensibilidade perante as exigências sociais, mantendo-o num autocontrole e vigilância constantes. Segundo ele, com a cordialidade ocorre o oposto: *“De fato, a cordialidade denota uma aptidão para o social. Sem a proteção do procedimento, do ritual e da polidez, característicos da civilidade, o indivíduo está permanentemente exposto às vicissitudes de uma socialização na qual suas idiosincrasias são dissolvidas no interior de relações parciais, familiares de fundo emotivo, transformando-o numa espécie de parcela ou periferia da sociedade”* (p. 2). O que existe é um culto sem obrigação e sem rigor, ao mesmo tempo, intimista e familiar. Isso se reflete no Estado, que deveria se desenvolver através da transgressão da ordem familiar e doméstica e a implementação de leis gerais passando por cima de leis particulares, o que causaria um “suposto conflito” e crises que afetariam nossa estrutura social. Segundo Holanda (1936), o Capitalismo Moderno exige que as relações mais personalistas (familiares) desapareçam, pois assim haveria maior produtividade. Em nossa cultura essa dificuldade em romper laços familiares, ou seja, em construir barreiras mais sólidas entre o público e o privado, se reflete no desenvolvimento capitalista, pois as empresas acabam sendo a extensão da organização patriarcalista. Nesse sentido, há também uma dificuldade por parte dos detentores das posições públicas em distinguir as esferas públicas e privadas, o que tornaria o Estado uma extensão da família. A influência da família patriarcal⁹ entre nós é tão marcante que os laços afetivos e emocionais privados – característicos da família – são transpassados para esfera pública. Em suma, existe uma supremacia da família, pois as relações que se constituem na vida doméstica fornecem o

⁹ O patriarcalismo rural foi um tipo de domínio privado transposto para o mundo público.

modelo de qualquer composição social na nossa cultura, reforçando a autoridade masculina. Observando estudos sobre famílias nas classes populares no Brasil, é notável a autoridade que homem exerce. Em alguns trabalhos (cf. Fonseca, 2000; Sarti 1996) foi constatado que mesmo o homem, unido por laços matrimoniais, não exerce o “papel de provedor” do lar ele é uma figura indispensável para garantir a moral da família. No caso da falta do marido, tanto por morte ou separação, quem ocupa esse lugar moral é o irmão da mulher.

Outra característica marcante do homem cordial, segundo Holanda (1936) é um apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico. A ideologia impessoal que remete o liberalismo democrático jamais foi algo que se naturalizou na cultura brasileira. No entanto, com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, o período de dominação rural começa e declinar abrindo espaço para o desenvolvimento de um novo sistema centrado nos centros urbanos. Mesmo com esses acontecimentos que proporcionou esse deslocamento do rural para o urbano, há uma falta de revolução que proporcionasse rupturas com a forma social anterior, ou seja, o velho modelo patriarcalista foi transposto para as cidades. Isso pode ser observado no desenvolvimento do nosso “Estado Moderno”, que sem ideais democráticos sólidos, mantém a primazia de interesses particulares sobre os coletivos, o que demonstra o elemento emotivo sobre o racional. O Estado Moderno democrático é caracterizado pela impessoalidade, burocracia e racionalidade, diferentemente da versão brasileira que é personalista, patrimonial¹⁰ e emotiva. Assim, outra incongruência da nossa sociedade é a oposição entre personalismo e democracia, que segundo Holanda (1936) causa: “[...] *nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos*” (p. 184).

Observado essas relações do processo de modernização do Brasil e o homem cordial de uma forma descritiva, deve-se agora utilizar uma lente de gênero, para que se possam compreender inúmeras relações que não foram

¹⁰ O patrimonialismo é a característica de um Estado, no qual não há uma distinção clara entre o público e o privado.

elencadas anteriormente. Para isso é necessário recorrer à crítica feminista e aos estudos de masculinidade. Segundo uma lente de gênero pode-se observar que existe uma relação absolutamente estreita entre Modernidade e masculinidade, ou seja, seguindo o raciocínio de Felski (1995) a Modernidade é masculina. Como já exposto, no Brasil não há uma delimitação clara entre público e privado – característica primordial da modernidade –, contudo, essa falta de delimitação entre essas esferas não torna nossa sociedade uma democracia de gênero. Se as relações do privado são estendidas ao público, as mulheres permanecem restritas ao espaço doméstico e privado. Dessa forma, pode-se observar que os espaços são generificados sendo os espaços públicos masculinos.

Falando de espaços públicos desde uma perspectiva da homosociabilidade, percebe-se que a sociedade brasileira é um contexto homosocial, pois grande maioria dos espaços públicos são masculinos, como por exemplo, a política¹¹, o mercado de trabalho, etc. Fazendo um rápido passeio na literatura nacional, pode-se observar a figura do herói nacional, que são figuras masculinas que representam de forma generalizada a personalidade da sociedade brasileira como, por exemplo, Macunaíma, de Mario de Andrade e Jéca Tatu, de Monteiro Lobato que servem como metáfora para o nosso tipo de modernização (cf. Ianni, 2002). Todavia, quando pensamos em masculinidade observa-se que ela só existe em contraste com a feminilidade, ou seja, são relacionais. A masculinidade pode ser entendida como uma categoria analítica, sempre permeada pelas relações de gênero. Estudos apontam (cf. Scott, 2004) que o gênero está imbricado na construção da nacionalidade, ou seja, é impossível entender a “nação” sem um viés de gênero. As relações de gênero são um componente principal da estrutura social, e as políticas de gênero construídas se conformam de acordo com o contexto específico, o que será determinante para o destino coletivo. Pode-se constatar que uma “nação” é construída com base no gênero. Sendo assim, a “nação brasileira” foi construída com base em que gênero?

¹¹ Entretanto, é notável o avanço das mulheres nos mais variados setores da esfera pública, principalmente no que diz respeito à arena política, como comprova a eleição presidencial do Brasil de 2010, na qual a vencedora foi uma mulher.

Como se sabe a “nação” brasileira foi formada sob uma base patriarcalista, ou seja, uma sociedade controlada por homens, que acarretou na produção constante de instituições homossociais. Instituições essas que, na maioria das vezes, servem como um espaço para demonstrações públicas de masculinidade. Essa masculinidade dominante, que na maioria das vezes, serve como um modelo hegemônico¹² (Connell, 1995) não abrindo espaço para a manifestação de experiências femininas, tampouco para a manifestação de outros tipos de masculinidades, ditas subalternas – no caso brasileiro esses sujeitos subalternos seriam os negros tanto escravos quanto libertos e posteriormente os estrangeiros.

Entretanto, a masculinidade hegemônica só pode ser entendida com relação a outros tipos de masculinidade e também a maneira como se relacionam entre si. Dessa maneira, ele observa que a masculinidade hegemônica não é algo fixo, mas sim algo mutável, pois a hegemonia é uma relação historicamente móvel (p. 117). Andrade (2000) em seu trabalho de campo no Equador analisa que a masculinidade é expressa performaticamente em contextos públicos, ou seja, diferentes contextos vão sugerir diferentes tipos de performances. Mas num contexto homossocial como o da sociedade brasileira que tipo de performances podem ser observadas?

Voltando ao assunto do patriarcalismo, sabe-se que a nossa ideia de “nação” foi fundamentada sob tal base, pois nacionalidade implica questões de classe, raça/etnicidade e sexualidade. Ainda segundo Connell (1995) sabe-se que não são os sujeitos que têm experiências, mas, ao contrário, são as experiências que constituem os sujeitos. No caso das experiências patriarcais brasileiras não haveria outra manifestação de sujeito senão o homem cordial. Se por hegemônico entende-se uma aceitação de estratégia pela maioria, o

¹² Uma importante observação feita por Connell (1995) sobre masculinidade hegemônica, é que ela não possui um caráter fixo e não sempre igual em todas as partes. O conceito de hegemonia: *“derivado das análises de Antonio Gramsci sobre as relações de classe, se refere à dinâmica cultural pela qual um grupo exige e sustenta uma posição de liderança na vida social. Em qualquer período de tempo, esse tipo de masculinidade é exaltada em relação a outros tipos. A masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração da prática genérica que responde de forma aceitável aos problemas de legitimidade do patriarcado, e garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres”*. (Ibidem, p. 116-7) (tradução livre)

patriarcalismo pode ser classificado como um sistema hegemônico e também um sistema de homosociabilidade, pois controla e exclui as mulheres da cena pública. Se realmente alcançamos um estatuto de Modernidade, então a Modernidade à brasileira é patriarcal e homosocial, pois a homosociabilidade pode ser vista como a afirmação e garantia da heteronormatividade (cf. Sedgwick, 1990). Dessa maneira, pode-se associar a cordialidade a uma máscara para a homosociabilidade que oculta o machismo e garante a performance pública. Conseqüentemente, a homosociabilidade vai reforçar padrões de masculinidade garantindo assim a heteronormatividade – que depende da homossexualidade para definir seus limites.

Então, a “nação” brasileira foi erguida sob as já citadas bases, pois nação se relaciona com família, com raça/etnicidade, com classe e com gênero. Nossa experiência enquanto “nação” sempre esteve vinculada a essas questões, mas o pensamento social brasileiro sempre focou suas análises em questões de raça/etnicidade, classe e família, deixando de lado uma categoria de suma importância: a de gênero. Com uma lente de gênero pode-se observar outras relações que foram pouco exploradas nos estudos sobre a sociedade brasileira.

Conclusão

Este trabalho tentou demonstrar a possibilidade de fazer um diálogo com o pensamento social brasileiro e os estudos de gênero. Através de uma lente de gênero pode-se observar muitas relações encobertas como, por exemplo, a associação da categoria do Homem Cordial com o conceito de homosociabilidade. Foi possível também fazer a associação do sistema fundante da sociedade brasileira, o patriarcalismo, com a noção de modernidade, nação e homosociabilidade.

Parece evidente que ainda não tivemos rupturas com o sistema patriarcalista, ou seja, não desenvolvemos nenhum sistema novo. O que ocorreu aqui foram rearranjos em cima desse sistema. Rearranjos familiares, rearranjos de classe, rearranjos de raça/etnicidade e rearranjos de gênero. Esses rearranjos são observáveis nos mais diversos setores, e através da permanência/insistência da heteronormatividade e do machismo que são

encobertas pela máscara do tal “homem cordial”. Essa cordialidade também representa a dificuldade da “nação” em passar de um Estado patrimonial para um Estado impessoal e organizado, característica do Estado Moderno. Dessa forma, nossa cultura é generificada – masculina – e isso é percebido em outras esferas, como o Estado e a nação são masculinas e homosociais que em inúmeros setores excluem as mulheres da cena pública, mesmo com a falta de delimitação clara entre público e privado no Brasil.

Referências Bibliográficas

ADELMAN, Miriam; AZEVEDO, Fernanda. Tomando as rédeas: um estudo etnográfico da participação feminina e das relações de gênero no turfe brasileiro. **Revista Esporte e Sociedade**. Ano 3, n.9, Jul.2008/Out.2008. Disponível em: <www.uff.br/esportesociedade>. Acesso em 20 Dez. 2009.

ANDRADE, Xavier. Homosocialidad, disciplina y venganza. En Masculinidades en Ecuador, Andrade X. y Herrera Gioconda, eds. Quito: Flacso-Unfpa. 2001 p. 115-138.

AGUIAR, Neuma. “Perspectivas Feministas e o Conceito de Patriarcado na Sociologia Clássica e no Pensamento Sociopolítico Brasileiro”. In:_____. Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde uma perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997. p. 161-191.

CONNEL, R. W. Masculinidades. Ciudad del México, México: PUEG (Programa Universitario de Estudios de Género): 2003.

_____. Educando a los muchachos: nuevas investigaciones sobre masculinidad y estrategias de genero para las escuelas. *Nómodas Bogota* N. 14 Abr. 2001. p. 156-171. Disponível em:< <http://www.ucentral.edu.co/NOMADAS/nunme-ante/11-15/PdfsNomadas%2014/12-educando.PDF>>. Acesso em: 08 Ago. 2007.

DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas da identidade em raízes do Brasil: decifra-me ou te devoro. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, dez. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 30 Dez. 2010. doi: 10.1590/S0104-87752006000200010.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 36, Feb. 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 28 Dez. 2010. doi: 10.1590/S0102-69091998000100006.

FELSKI, Rita. **The Gender of Modernity**. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1995.

FONSECA, Cláudia. “Aliados e rivais na família”. In: Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Edição Comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7, June 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Abr. 2010. doi: 10.1590/S1517-45222002000100008.

MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. Apresentação Dossiê Sexualidades Disparatadas in. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007 p. 9-18.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, June 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 08 Feb. 2010. doi: 10.1590/S1517-45222009000100008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemología del armario*. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, 1998.

_____. *Between men: english literature and male homosocial desire*. New York, Columbia University Press, 1985.

SANDAY, Peggy R. "A Reprodução do Patriarcado na Antropologia Feminista". In: GERGEN, Mary McCanney (org). O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento. Trad. Ângela Melin. Rio de Janeiro: rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

SARTI, Cyntia Andersen. "A Família como Universo Moral" e "A Moral no Mundo do Trabalho". In:_____ A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 3, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 Fev. 2011. doi: 10.1590/S0104-026X2006000300011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de "cordialidade". **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 31, n. 46, jun. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000100015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 Dez. 2010.

SCOTT, Parry (2004). "Família, gênero e poder no Brasil no século XX", *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas nas Ciências Sociais*, Vol. 58, n. 1, pp. 29-78.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

WEBER, M. Economia e sociedade. vol. II, Cap. IX: Sociologia da dominação, seção 8: A instituição estatal racional e os modernos partidos políticos e parlamentos (Sociologia do Estado). Brasília: Ed. da UnB, 1999. p. 525-543.